**PROCESSO**: **n º** 2000-001002/2015

**INTERESSADO:** SESAU-GERENCIA DE NUCLEO DA CENTRAL DE MEDICAMENTO.

**Assunto:** PAGAMENTO.

**Detalhes:** SOL. PAGAMENTO DO MEDICAMENTO DO PACIENTE WILSON DE OLIVEIRA TORRES.

Trata-se do Processo Administrativo nº 2000-001002/2015, em 01 (um) volume, com 27 (vinte e sete) fls., que versa sobre o pagamento do medicamento para o paciente **WILSON DE OLIVEIRA TORRES**, provenientes de decisão Judicial, Ação Cominatória – Nº 0704498-79.2014.8.02.0001, através da empresa **HOSPFAR IND. COM. PRODS. HOSP. LTDA (CNPJ nº 26.921.908/0001-21)**. A solicitação de pagamento está orçada em **R$646,20 (seiscentos e quarenta e seis reais e vinte centavos)**.

Conforme aduzido nos autos, a contratação está consubstanciada no art. 59, da Lei Federal nº 8.666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fls. 27), passamos à análise técnica dos autos, a qual se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado nos autos do processo:

**1 – SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO -** Constata-se solicitação do pagamento do medicamento para o paciente **WILSON DE OLIVEIRA TORRES**, provenientes de decisão Judicial, Ação Cominatória – Nº 0704498-79.2014.8.02.0001, através da empresa **HOSPFAR IND. COM. PRODS. HOSP. LTDA (CNPJ nº 26.921.908/0001-21)**. A solicitação de pagamento está orçada em **R$646,20 (seiscentos e quarenta e seis reais e vinte centavos)**, anexando nota fiscal devidamente atestada em 09/01/2015 pelo Assistente Administrativo Jorge Góes Lobo, fls. 03/04.

**2 – AUSÊNCIA DAS CERTIDÕES DE REGULARIDADE –** Observa-se que não foram acostados aos autos as certidões de regularidade da empresa **HOSPFAR IND. COM. PRODS. HOSP. LTDA (CNPJ nº 26.921.908/0001-21)**.

**3 – ORDEM DE FORNECIMENTO –** Consta ordem de fornecimento, datada de 13/10/2014, da lavra do Coordenador Setorial de Gestão Administrativa e Logística da Sesau, fl. 08.

**4 – AUSÊNCIA DA DECISÃO –** NãoConsta nos autos cópia da decisão judicial, autorizando a realização das despesas pela credora.

**5 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA –** Consta nos autos informações sobre a dotação orçamentária a ser utilizada para cobertura da despesa, referente ao exercício de 2018, conforme documento a fl. 16.

**6 – Documento Fiscal**  – às fls. 03/04 dos autos apresenta-se o Nota Fiscal Eletrônica nº 000638821, de 06/01/2015, no valor de **R$646,20 seiscentos e quarenta e seis reais e vinte centavos),** da **HOSPFAR IND. COM. PRODS. HOSP. LTDA (CNPJ nº 26.921.908/0001-21)**, atestada no dia 09/01/2015, pelo servidor Jorge Góes Lobo, Assistente Administrativo.

**7 – AUSÊNCIA DE CONTRATO –** À fl. 17 verifica-se Despacho - SETCON, datado de 09/04/2018, de lavra da Assessora Técnica do Setor de Contratos, onde informa a INEXISTÊNCIA de contrato referente ao objeto em comento.

**8 – DO ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 57.404/2018** – Observou-se o não cumprimento ao que determina o art. 57, do Decreto Estadual nº 57.404/18, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

**9 - DO CUMPRIMENTO DA NOTA TÉCNICA DA PGE/AL –** Considerando as circunstâncias que envolvem o pagamento ora pleiteado, revela-se necessária a observância das recomendações contidas na Nota Técnica exarada pela Procuradoria Geral do Estado de Alagoas – PGE/AL, através do Despacho PGE-GAB-PLIC-CD nº 2590/2017, alterado pelo DESPACHO PGE-PLIC-CD nº 3517/2017, que versa sobre pagamentos pela via indenizatória. *In verbis:*

I) O pagamento por indenização de despesas realizadas sem cobertura contratual poderá ocorrer quando observados os seguintes requisitos:

**a)** Atesto, elaborado pelo ordenador de despesa, do benefício auferido pela Administração Pública;

**b)** Ausência de má-fé do fornecedor ou executante aferida por meio de processo administrativo e atestada expressamente pelo ordenador de despesa, no sentido de que não tenha contribuído de qualquer forma para a irregularidade (art. 59, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93;

**c)** Nota fiscal com atesto de que os bens/serviços foram efetivamente fornecidos, de acordo com as expectativas da Administração;

**d)** Justificativa da escolha do fornecedor ou executante;

**e)** Comprovação da compatibilidade do valor da indenização com o preço de mercado, aferida nos termos da IN 01/2016/AMGESP ou da IN 03/2015/AMGESP, conforme o caso;

**f)** Informe do crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

**g)** Inocorrência de prescrição do crédito;

**h) Oitiva prévia da Controladoria Geral do Estado – CGE/AL;**

**i)** Instauração de sindicância administrativa e, sendo o caso, de posterior processo administrativo disciplinar, por meio do qual se possa identificar e responsabilizar o (s) agente público (s) responsável (is) pela assunção irregular da despesa, tudo mediante ampla defesa e contraditório. (Lei nº 5.247/91, art. 158 e seguintes). (sem grifos no original)”.

Os autos evidenciam o não cumprimento das recomendações contidas na Nota Técnica exarada no Despacho PGE-PLIC-CD nº 2590/2017, alterado pelo DESPACHO PGE-PLIC-CD nº 3517/2017**,(alíneas a, b, g e i)**.

De toda a explanação e detalhamento processual, contidos no exame dos autos do presente parecer e considerando a urgência que circunstancia a contratação, alertem-se para a necessidade de informações, quais sejam:

1. **CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS PELA PGE/AL** –Que o SESAU demonstre o cumprimento da recomendação contida na referida Nota Técnica,**(alíneas a, b, g e i)**.
2. **A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – À fl. 16, consta informações da dotação orçamentária a ser utilizada nas despesas, referente ao exercício de 2018.
3. **DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO ART. 57 DO DECRETO Nº 57.404/2018 –** Que sejam juntados aos autos as declarações e documentos relacionados no art. 57 do referido Decreto Estadual.

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens **I** a **III**, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da dívida da **HOSPFAR IND. COM. PRODS. HOSP. LTDA (CNPJ nº 26.921.908/0001-21)**, mediante publicação do ato, conforme art. 57, § 3º do referido decreto.

Maceió-AL, 21 de maio de 2018.

Rita de Cassia Araujo Soriano

**Assessora de Controle Interno/Matrícula nº 99-0**

Revisora:

Isabel Cristina Silva Lins

**Assessora de Controle Interno/Matrícula nº 105-8**

Acolho o Parecer.

À superior consideração.

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem - Matrícula n° 113-9**